

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

**ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: proposta de trabalho por área de conhecimento
Para a Educação do Campo**

MATINHOS

2014

ANTONIO CALOS VIEIRA KULEK

**ORGANIZAÇÃO CURRÍCULAR: proposta de trabalho por área de conhecimento
para a Educação do Campo**

Artigo apresentado como requisito parcial para
obtenção da certificação do curso de
Especialização em Educação do campo, Setor
Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Everson da Silva

MATINHOS
2014

RESUMO

O presente artigo investiga a organização curricular para a educação do campo, através de uma abordagem teórica sobre estudos já realizados anteriormente por estudiosos no assunto. Também, faz uma pesquisa de campo com famílias, pais e filhos de agricultores que estudam em escolas do campo, para poder entender que visão eles têm relacionado à organização escolar. Por meio de alguns questionamentos colocados para essas pessoas, entendemos que é preciso articular uma nova forma curricular que contemple a identidade cultural. A partir daí, propomos para a organização curricular das escolas do campo, o sistema de trabalho com projeto por área de conhecimento ou tema gerador, por entender que dessa forma, o aluno passa a interagir com o conteúdo levantando hipóteses descobrindo novas formas de aprender, e assim o professor passa a ser mediador do conhecimento levando o educando a participar de situações concretas com o uso de suas habilidades na interação com o grupo, com o professor e na pesquisa do assunto a ser desenvolvido, tornando-os mais aptos na vida escolar e na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: organização curricular das escolas do campo, sistema de projeto e/ou temas geradores.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a organização curricular das escolas do campo, valendo-se de estudos já realizados e, por fim, propor a organização curricular e pedagógica no sistema de projeto e/ou temas geradores.

Tal escolha justifica-se tendo em vista que essa modalidade permite aos alunos participar das aulas, numa perspectiva de relação com o cotidiano, envolvendo a comunidade no desenvolvimento e escolha do tema a ser trabalhado.

A metodologia desta pesquisa seguirá uma abordagem teórica fundamentada em CALDART (2004), que destaca que: as pessoas têm o direito de serem educadas no campo. E essa educação não pode ser de fora para dentro, sem o consentimento do sujeito do campo.

HERNANDEZ (1998), aponta para a pedagogia de projeto. Esta contribui para dar significado ao espaço de aprendizagem, voltada para a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. Também como forma de organização do currículo utilizada nos projetos educativos desenvolvidos no campo está associada ao trabalho com os temas geradores. Nessa perspectiva, segundo GIROUX (1997), há uma mudança significativa na lógica de organização e produção do conhecimento na escola. Na concepção tradicional do currículo, o conhecimento é imposto aos sujeitos, sem possibilidade de questionamentos, separado do significado humano, num processo que envolve uma relação interpretativa da realidade.

A partir dessa nova concepção de currículo é a comunidade que, ao fazer uma investigação sobre seu contexto, apresenta à escola sua necessidade formativa e os temas que precisam ser discutido e aprofundado no coletivo.

Educação do campo como projeto emancipatório: contribuições e contradições da pedagogia do MST.

Historicamente a educação existia para uma população de classe, já para os chamados sem classes a educação era informada, ou seja, era negada para a maioria da população, somente os ricos tinham o privilégio de estudar. Isso ocorreu no Brasil, através dos jesuítas que tinham o objetivo de catequizar os índios e camponeses num modelo de educação que os tornavam submissos.

Diante disso, surgem os movimentos dos trabalhadores entre outros, que passaram a não aceitar a dominação e contestar a hegemonia da classe dominante. As

contradições no campo tornam legítimos os movimentos sociais contra o capitalismo que exclui a população de massa, até mesmo a educação do campo, tornou território de disputa. A educação precisa ser refletida como formadora da consciência e libertadora da classe trabalhadora, dentro de uma formação emancipatória, não apenas como direito social, e sim com respeito à cultura e igualdade.

Nesse sentido, IASI (2011), aborda que a emancipação humana é contrária ao estado burguês, que não aceita a propriedade privada e a comercialização da força do trabalho, para isso, não basta a dominação do capitalismo, mas é preciso construir um projeto de sociedade histórico voltado para a consciência coletiva. Não da forma como o estado coloca desde a época dos jesuítas como ruralismo pedagógico e urbanismo pedagógico, ambas impostas talvez com intuito de não formar trabalhadores conscientes. No entanto, como coloca CALDART (2004), as pessoas têm o direito de serem educadas no campo. E essa educação não pode ser de fora para dentro, sem o consentimento do sujeito do campo.

Por essa razão, entende-se que a pedagogia defendida para a escola do campo é baseada na pedagogia do MST, que tem como marco as lutas sociais em busca de uma identidade. Também voltada para a reforma agrária. Em uma passagem da consciência individual para a coletiva, tornando-o sujeito na transformação da sociedade.

Segundo CALDART (2004), o sentido social do MST, é projetar as lutas sociais para além da reforma agrária e colocar a cultura como uma dimensão do processo de formação de novos sujeitos sociais, sendo uma formação cultural alicerçada para a construção da identidade dos agricultores.

Busca da identidade do campo

A organização curricular para a escola do campo, por sua vez, deve prestigiar a realidade sociocultural dos entes ali inseridos, Mas o que encontramos em nossas escolas atualmente é o trabalho por disciplinas que segue o modelo tradicional com conteúdos distante da realidade do aluno e que é pior, não valoriza o conhecimento do educando, sabendo que esse conhecimento trazido por eles é uma fonte rica em saberes.

Para MACEDO (1999), o currículo escolar deve ir além da disciplinarização, que acompanhe e integre as novas fontes de saber, para não correr o risco de podar o

desenvolvimento do estudante que trás uma grande bagagem de conhecimento, por isso, existe a necessidade de se ter um currículo flexível com abertura e condição dos alunos desenvolverem habilidades culturais e intelectuais e também, aprender a solucionar os problemas que encontrar no cotidiano.

Segundo SACRISTÃN (2000), a forma de organização do currículo atualmente não está dando conta de atender as necessidades da sociedade que vive no campo. Por isso, é preciso articular as mudanças de acordo com a identidade cultural sem deixar de prestigiar toda forma de cultura, evitando todo tipo de preconceito. Somente assim, poderemos ter uma melhoria na educação.

Para a organização curricular de uma instituição é preciso ter presente que a realidade escolar, o tipo de educação que se pretende realizar são aspectos que devem ser discutidos junto com a comunidade escolar, pois segundo SACRISTÃN (2000), é necessário entender o currículo como processo que envolve uma multiplicidade de relações abertas que envolvem decisões na gestão e na prática pedagógica.

Uma nova forma democrática de currículo está sendo inserido na sociedade atual.

Nessa Ótica, para SacristãN (2000)

O novo currículo exige metodologias, saberes e habilidades profissionais diferentes, o que leva a uma alteração na própria forma de relacionar-se com os alunos, em esquemas de direção, avaliação e controle novos. Os professores e o conhecimento pedagógico atual não podem responder a certas exigências crescentes em terrenos muitas vezes movediços nos quais é difícil estabelecer critérios de competência profissional e esquemas de atuação que possam ser considerados válidos. Tudo isso se reflete em tensões para o professorado. A crescente responsabilidade que é atribuída a ele, como conseqüente pressão social, não tem correspondência com os meios, às condições de trabalho e sua formação. (SACRISTÃN, 2000, p. 97)

Dessa forma acordando com ARROYO (2006), é preciso mostrar que o pensamento de que o homem do campo é inferior, não é verdadeiro, e sim possuidor de uma cultura tão importante quanto às demais. E o local onde ele se encontra existe sua forma de produzir e transmitir conhecimento (tem sua pedagogia) o que carece é de professores atentos no momento de construir o currículo, para que atenda os anseios do povo do campo, mostrando que independente da classe, cor e raça, o sujeito tem seu valor social.

No entendimento de GADOTTI (1992), não basta ter um currículo monocultural, com tanta diversidade cultural, é fundamental que haja um estreitamento das relações

no interior da escola, para haver diálogo entre as culturas, lembrando que não é só a escola que educa. Porém, a aprendizagem acontece fora dela também, o que cabe a escola é organizar o processo educativo.

De acordo com HERNANDEZ (1998), uma forma de organização do currículo, seria o trabalho por projeto, por possibilitar o aluno a interagir com o conteúdo, saindo da maneira passiva de aprendizagem. Dessa forma o professor passa a ser mediador do conhecimento e da aprendizagem e o aluno fará a relação do conhecimento que está vivenciando com o conhecimento adquirido.

A proposta curricular da escola apresenta o plano de estudo que são as experiências vivenciadas pelos alunos sob a orientação da escola que discriminará na forma de conteúdo para cada ano. Além de acrescentar projeto interdisciplinar que podem ser realizados em áreas específicas como: horta, jardinagem, danças teatro etc.

Dessa forma, terá uma diversidade de atividade que poderá desenvolver várias habilidades do educando e estar inserindo conteúdo voltado para a realidade deles.

As contribuições da pedagogia de projeto na organização do currículo

Entre algumas possibilidades de organização do currículo das escolas do campo, está a pedagogia de projeto, e apresenta-se como uma alternativa que busca aproximar o conhecimento escolar da vivência dos alunos, permitindo a integração dos saberes sociais, culturais e científicos, de forma que, aluno e professor tornem sujeito ativo na construção coletiva do conhecimento.

A pedagogia de projeto é uma opção político-metodológica utilizada com o intuito de aproximar o tema discutido na sala de aula com a realidade concreta do aluno, possibilitando a identificação e a reflexão crítica dos principais problemas sociais. Através do trabalho com a pedagogia de projeto, a escola estabelece novas relações de parcerias com as famílias e com as organizações sociais no desenvolvimento de ações concretas que ampliem a visão do aluno sobre a realidade, como também, possibilite a construção de alternativas que solucionem os problemas identificados.

Para HENANDEZ (1998), a pedagogia de projeto vem contribuindo para dar mais significado ao espaço da aprendizagem, voltada para a formação de cidadão crítico e atuante na sociedade. Comungado dessa ideia, SOUZA (2005), ressalta que a pedagogia de projeto “tem a função de favorecer a criação de estratégia de organização do conhecimento escolar” (Souza, 2005, p. 100), facilitando a relação

entre os diferentes conteúdos com o conhecimento adquirido pelo aluno na interação com a comunidade e na resolução dos problemas sociais abordado pelo projeto.

A organização do currículo através do projeto didático cria condições para que os saberes e as experiências dos alunos possam ser problematizados, criando a possibilidade da construção e reconstrução do conhecimento a partir dos fundamentos da ciência e da tecnologia.

A organização do currículo através de temas geradores

Também como forma de organização do currículo, utilizada nos projetos educativos desenvolvidos no campo está associado ao trabalho com os temas geradores. A construção do currículo através dos temas geradores envolve um processo bastante minucioso de análise do contexto histórico e cultural da comunidade com o objetivo de identificar os temas de interesse da comunidade que nortearão tanto a organização, quanto a forma de abordagem e de transmissão do conhecimento.

O trabalho pedagógico desenvolvido com os temas geradores busca superar os limites do modo como o currículo escolar se organiza e se constituiu historicamente, caracterizado pela divisão das tarefas entre os educadores, na busca de segmentar o conhecimento, como as habilidades em matérias ensinadas na escola.

Precisamos dessa maneira, romper com a ideia do currículo enquanto processo burocrático e técnico de organização por disciplina e a seleção de conteúdos, atribuindo uma nova dimensão política e pedagógica. Percebemos então que o currículo é um projeto de formação em movimento e vivo, ligado a vida dos alunos e comprometido com a valorização dos saberes locais, através do processo de reflexão e problematização da realidade, bem como, por meio da troca de experiências estabelecidas entre alunos, professores e outros segmentos sociais do campo.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi desenvolvida através de levantamento bibliográfico e de campo, por meio de leitura, análise e reflexão de estudos já realizados sobre o assunto, por estudiosos da área, para fundamentar teoricamente e dar sustentação a pesquisa. Também houve uma investigação sobre a trajetória da educação até chegar há educação do campo. A partir daí, desenvolvi uma pesquisa de campo com as famílias, pais e alunos que frequentam uma escola do campo no município de Nova

Tebas, para poder compreender qual é a perspectiva dessas pessoas com relação a sua permanência no campo, mas também, ouvi-las para saber qual é seu entendimento sobre o sistema educacional que está inserido.

Dessa forma, considera-se que é uma pesquisa-ação por levar em consideração as informações obtidas de alguns entes investigados. Também justifica-se por ter uma metodologia muito utilizada em projeto de pesquisa educacional assim, os pesquisadores em educação estariam em condições de produzir informações e conhecimento de uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico, possibilitando condição de transformação em diversas situações dentro da própria escola.

De acordo com PIMENTA e FRANCO (2008), a pesquisa-ação possibilita que o pesquisador intervenha dentro de uma problemática social, analisando-a e anunciando seu objetivo de forma a mobilizar os participantes, construindo novos saberes. É através da pesquisa-ação que o docente tem condições de refletir criticamente sobre suas ações.

Ela é concebida e realizada através de uma relação estreita com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os participantes dessa pesquisa estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa-ação supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico entre outros. A sua utilização como forma metodológica possibilita aos participantes condições de investigar sua própria prática de uma forma crítica e reflexiva. Nela estão envolvidos pesquisadores e pesquisados e todos estão envolvidos na solução de problemas e na busca de estratégias que visam encontrar soluções para os problemas.

Nesse sentido, como aborda OLIVEIRA (1981), tornam-se possíveis descobertas, na realidade local, a partir da ação das pessoas que vivem na própria região e com a participação deles, implementar o processo de sistematização do trabalho na escola. A partir dessa organização, pode-se promover e apoiar encontros informais na comunidade. Podemos também, procurar descobrir grupos existentes naquela realidade, como: grupos de danças folclóricas, professores, sindicatos, associações, pessoas comuns, grupos esportivos, religiosos e coletar dados estatísticos. Nesse caso, as pessoas ouvidas foram famílias de agricultores que frequentam uma escola do campo.

Na pesquisa ação, o participante é conduzido à produção do próprio

conhecimento e se torna o sujeito dessa produção. Neste aspecto, essa metodologia se distancia das demais e se afirma, constituindo-se como fundamental instrumento de resistência e conquista popular. Trata-se de uma metodologia constituída de ação educativa em que, segundo OLIVEIRA (1981), promove o conhecimento da consciência e também a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem se trabalha (Oliveira, 1981, p. 19). Também na concepção de PINTO (1972), essa pesquisa é considerada fundamental como ato de trabalho sobre a realidade objetiva (Pinto, 1972, p. 456)

Para isso, foi selecionado um grupo de pais e alunos que fazem parte de uma escola do campo, para poder entender qual é o entendimento dessas pessoas sobre a organização da escola em que eles fazem parte.

Questões como: A organização curricular dividido por disciplina é adequada para a escola do campo? Havendo uma mudança na organização e passar a desenvolver atividades por área de conhecimento por meio de projeto com temas pré-selecionados? Um novo sistema de organização, com temas voltados para o campo melhoraria a educação? A escola do campo está propiciando a juventude que vive no meio rural a usar o conhecimento na propriedade agrícola? Como a escola trata dos assuntos divergentes de opinião no ambiente escolar entre professores e alunos sobre o campo? Não seria preciso reorganizar o conteúdo, método, espaço, recursos físicos, materiais e técnicas? Em que medida é possível colocar no currículo temas como: gestão da propriedade, inclusão social dos jovens e mulheres, desenvolvimento rural etc.? Por meio desses questionamentos, pudemos compreender melhor o entendimento e as queixas das famílias do campo sobre como é conduzido o sistema educacional das escolas do campo.

Reflexões sobre a vivência

Após esses questionamentos pudemos perceber que existe uma grande divergência entre a escola do campo e a comunidade em se tratando da organização curricular. Pelo fato de não haver uma participação ativa de todos os segmentos escolares neste processo de organização, ficando mais a cargo do gestor e equipe pedagógica, que, no entanto, é deles mesmo essa responsabilidade, mas é de fundamental importância a participação da comunidade para que haja a democratização na tomada de decisão, ao contrario disso:

Como afirma MACHADO (2009), a construção de propostas curriculares distanciada da realidade sociocultural dos camponeses contribui para que “muitas pessoas passem a negar sua própria condição campesina, influenciada pela ideologia

do campo como elemento de atraso sociocultural e econômico” (Machado, 2009, p. 194).

Nessa perspectiva, de acordo com os pais e alunos, há a necessidade de haver uma mudança significativa no sistema organizacional do currículo escolar, mesmo que seja de forma experimental, com atividades por área de conhecimento, priorizando assim, temas de interesse do educando. Como aborda FREIRE (1996), que estejam associados à produção de inquietações acerca da realidade, do desejo de conhecer o novo, de buscar respostas para os problemas, de construir coletivamente soluções para os desafios do cotidiano, ou seja, é uma modalidade de ensino voltada para o desenvolvimento do espírito investigativo e da curiosidade que desperta no aluno o desejo constante de conhecer, desvendar o mundo e mudar a realidade.

Outro fator crucial para o entendimento dos envolvidos na educação do campo seria uma forma de oportunizar para essa clientela a transferir o conhecimento para a prática na propriedade agrícola, por entender que o saber só terá sentido quando utilizado para a produção de algum bem ao contrario disso, perde seu valor e cai no esquecimento. Além de favorecer o educando a compreender outras áreas comumente relacionadas.

De acordo com a lei de diretrizes e bases da educação nacional 9394/96 art. 28 (resolução CNE/CEB2002).

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Para o fortalecimento educacional para os filhos de agricultores é preciso de experiência pedagógica voltada para um novo processo de qualificação técnica concreta que contempla uma dinâmica curricular adaptada a realidade agrícola conectada com a realidade familiar, de forma que haja a transformação de ideia em prática concreta indo além do espaço formal de sala de aula, mantendo o vínculo familiar condicionando o povo rural a ser protagonista de suas conquistas.

Nessa perspectiva, como coloca ARAÚJO (2008), os projetos didáticos têm a função de favorecer a criação de estratégias de organização do conhecimento escolar, facilitando a relação entre os diferentes conteúdos com o conhecimento adquirido pelo aluno na interação com a comunidade e os movimentos sociais, na resolução dos

problemas sociais, abordado pelo projeto, permitindo uma abordagem interdisciplinar. Tendo em vista que os alunos utilizarão, no processo de investigação, conhecimento de diferentes áreas, tanto para a compreensão crítica da realidade, quanto na análise das informações produzidas durante a investigação e/ou intervenção construída em parceria com os grupos sociais, visando à identificação e resolução de problemas sociais.

Da mesma forma, as divergências de opiniões são importantes no ambiente escolar se colocada como balizadora de investigação, como também o processo educativo, conteúdo, método, espaço, materiais, são resultante de práticas pedagógicas e nem sempre estão revestidas de um caráter democrático, mas nem por isso, deve continuar olhando a agricultura familiar apenas pelo lado urbano. A ação educativa contém um princípio fundamental que é saber conviver com as diferenças, o que significa respeitar o saber acumulado pela experiência do cotidiano dos agricultores familiares.

Quando mencionado temas que podem ser inserido no currículo, voltamos a relacionar a importância dos temas geradores como forma de organização curricular.

Nessa perspectiva, segundo GIROUX (1997), há uma mudança significativa na lógica de organização e produção do conhecimento na escola. Na concepção tradicional do currículo, o conhecimento é imposto aos sujeitos, sem a possibilidade de questionamentos, separado do significado humano, num processo que envolve uma relação interpretativa da realidade.

A partir dessa nova concepção de currículo é a comunidade que, ao fazer uma investigação sobre seu contexto, apresenta à escola sua necessidade formativa e os temas que precisam ser discutido e aprofundado no coletivo, para uma maior compreensão crítica daquele contexto, visando à produção de conhecimento e tecnologias sociais, que permitam a superação de problemas que se apresentam como obstáculo ao desenvolvimento daquele local.

No entanto, podemos entender que tanto o trabalho com projeto, quanto o trabalho através de temas geradores tem um vasto espaço no que tange a organização curricular para as escolas do campo, desde que tenha um bom planejamento e profissionais empenhados a desenvolver essa proposta de trabalho. Tendo em vista que dentro dessas possibilidades as ações sejam bem definidas e executadas, o educando passará a desenvolver atividades mais concretas e com maior sentido para sua aprendizagem.

Considerações finais

Os projetos educacionais desenvolvidos nas escolas do campo devem ser pensados numa perspectiva crítica e emancipatória, rompendo com a prática formativa fragmentada, descontextualizada distante da realidade dos alunos. Neste caso, são projetos que estabelecem uma maior articulação entre teoria/prática e entre o conhecimento científico e o saber popular, através de práticas interdisciplinares e contextualizadas que coloque os alunos como protagonistas na produção do conhecimento.

Nesse contexto, os projetos educativos das escolas do campo devem ser pensados de forma integrada ao contexto social, dando uma dimensão política à prática educativa, tornando-as cada vez mais comprometida com a transformação social, tendo a pesquisa e a reflexão crítica da realidade como eixo norteador do currículo.

Desse modo, lutamos pela construção do currículo que se constitua como espaço de articulação dos diferentes saberes socioculturais produzidos no seio dos grupos sociais do campo. Uma proposta curricular que agregue outras linguagens, outros sonhos, outros valores negado e silenciado pela prática educativa conservadora.

Nessa lógica, trabalhamos na defesa de um currículo que crie novas possibilidades de diálogo e reflexão sobre a diversidade cultural presente no campo, permitindo que os alunos se reconheçam e estabeleçam novas trocas culturais que ampliem o processo de ensino/aprendizagens, contribuindo para que os alunos se reconheçam melhor enquanto sujeito diferente e principalmente com respeito aos outros na condição de ser diferente, rompendo com o preconceito e a discriminação.

Esse processo de encontro das diferenças que ocorrem na escola, através da troca cultural entre os diferentes são de extrema importância para a construção do projeto educativo do campo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. Pedagogia de projetos e direitos humanos: caminhos para uma educação em valores. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56), maio/ago. 2008.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CEB/CNE. Resolução nº 1 de 2002. **Estabelece as Diretrizes Operacionais para as Escolas de Educação Básica no Campo**. Brasília, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos**. RJ: Graal, 1992.

GIROUX, H.A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e Mudança na Educação: os projetos de trabalho**. POA: Artes Médicas, 1998.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de. **Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais**. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org.). Currículo: políticas e práticas, SP: Papirus, 1999.

MACHADO, Ilma Ferreira. Um projeto político-pedagógico para a escola do campo. **Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 4, nº 8, p. 191-219. jul/dez. 2009.

Oliveira, Rosiska D. e Oliveira, Miguel D. **Pesquisa social e ação educativa**. In: Carlos Rodrigues Brandão, (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PIMENTA, Selma G e FRANCO, Maria A. Santoro. **Pesquisa em educação. Possibilidades investigativo-formativas da pesquisa-ação**. São Paulo: Edições Loyola, 2008

Pinto, Álvaro Vieira. Ciência e existência: **Problemas Filosóficos da Pesquisa Científica**. 2a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de. **A gestão do currículo escolar para o desenvolvimento humano e sustentável no Semi-árido brasileiro**. São Paulo: Periópolis, 2005